



RELATÓRIO DE GESTÃO

GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007

APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL EM ____ DE ABRIL DE 2008
PRESENTE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM ____ DE ABRIL DE 2008



I. INTRODUÇÃO

1. Enquadramento

Nos termos da alínea e) do n.º 2 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, são elaborados, propondo-se a sua aprovação pelo Executivo Municipal, os documentos de prestação de contas relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro de 2007, que serão depois apreciados e votados pela Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do art. 53º do referido diploma legal.

Os presentes documentos de prestação de contas estão elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados em conformidade com o estabelecido pelo Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no já citado Decreto-Lei n.º 54-A/99 é também apresentado o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2007.

O Relatório de Gestão, de acordo com o previsto no ponto 13 do POCAL, contempla os seguintes aspectos:

- A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução nos diferentes sectores de actividade da autarquia, designadamente no que diz respeito ao investimento, condições de financiamento, custos e proveitos quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da autarquia, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de terceiros e a terceiros, individualizando, neste último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.



Na sequência do importante trabalho que se tem vindo a desenvolver na implementação do POCAL, procurou-se não só ter maior rigor na elaboração dos documentos de suporte à prestação de contas, como também na própria rectificação de procedimentos e valores apresentados nos anos transactos.

Este facto, leva-nos a ter uma visão mais completa e pormenorizada dos valores apresentados. Estamos crenes que é possível ainda melhorar bastante, quer ao nível de procedimentos, quer ao nível do sistema informático. Para tal, optámos por lançar concurso para escolha de nova empresa que nos vai apoiar, em termos contabilísticos, no futuro. Queremos, no entanto, referir que as contas desta autarquia estão elaboradas de acordo com o novo quadro legal.

O ano de 2007 continua a ser marcado por crise económica nacional que se tem acentuado cada vez mais reflectindo-se negativamente nas actividades do Poder Local e conseqüentemente no bem-estar das populações.

2. Organização Contabilista

O sistema informático e respectiva assistência, utilizado na contabilidade, é da responsabilidade da BASEMED. O Programa é constituído por vários módulos independentes, de forma a dar resposta às necessidades específicas do POCAL e da própria autarquia, de onde se destaca a Gestão Obras, a contabilidade orçamental, o Imobilizado, Gestão de Águas, os Stocks, os documentos e o Plano Oficial de Contabilidade. Estes Módulos têm vindo a ser actualizados e melhorados de acordo com as exigências da Direcção Geral do Orçamento e da Direcção Geral das Autarquias Locais. O programa neste momento precisa de aperfeiçoamento ao nível das ferramentas de gestão e controlo de dados que coloca ao dispor do utilizador. Estas deficiências/limitações no programa informático estão identificadas pela autarquia e comunicadas á empresa de informática. Tendo em conta que esta empresa não satisfazia as nossas exigências, optámos por mudar de empresa que, como resultado do concurso efectuado passará a ser a MEDIDATA.



3. Outras Informações

3.1. Regulamentos Internos

A Autarquia de Borba possui a Norma de Controlo Interno, aprovada pelo executivo a 12 de Dezembro de 2003.

3.2. Acções Inspectoras

A última inspecção levada a cabo pela Inspecção-geral de Finanças, decorreu entre de 24 de Agosto de 2000 a 15 de Novembro 2000, abrangendo o período 1994/1999. A última inspecção efectuada pela Inspecção-geral da Administração do Território teve início em 20 de Outubro de 2004, já se encontra concluída e elaborado o respectivo relatório.

3.3. Documentos de Gestão

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano 2007, foram aprovadas pelo órgão executivo em 6 de Dezembro de 2006, e pelo órgão deliberativo a 15 de Dezembro de 2006.

3.4. Contratos de Empreitadas e fornecimentos

Em sessão ordinária de 25 de Outubro de 2005 o órgão executivo fixou o limite para realização de obras por administração directa em 750.000€, tendo sido aprovada pelo órgão deliberativo em 16 de Dezembro de 2005.



3.5. Indicadores de Gestão

DESCRIÇÃO	2004		2005		2006		2007	
	Correntes	Capital	Correntes	Capital	Correntes	Capital	Correntes	Capital
RECEITAS								
Fundo Base Municipal	646.977,00 €	431.318,00 €	654.123,00 €	436.082,00 €	648.161,00 €	432.107,00 €	54.013,00 €	36.008,00 €
Fundo Geral Municipal	951.480,00 €	638.856,00 €	993.433,00 €	647.643,00 €	1.003.963,00 €	669.309,00 €	83.663,00 €	55.775,00 €
Fundo de Coesão Municipal	438.398,00 €	292.265,00 €	440.222,00 €	293.481,00 €	442.626,00 €	295.084,00 €	36.885,00 €	24.590,00 €
Fundo de Equilíbrio Financeiro							1.767.863,00 €	1.188.069,00 €
Fundo Social Municipal							96.829,00 €	
Participação no IRS							114.945,00 €	
Fundos de candidaturas PORA/FEDER		908.754,04 €		933.379,25 €		1.220.781,51 €		1.220.971,08 €
Total de Receitas	3.880.381,27 €	3.004.887,96 €	4.061.921,28 €	3.831.628,32 €	4.172.838,38 €	3.685.671,91 €	4.621.394,77 €	3.290.871,97 €
DESPESAS								
Total de Despesas	3.871.521,79 €	3.013.843,35 €	4.311.946,45 €	3.175.534,65 €	4.409.121,53 €	3.604.552,98 €	4.521.837,53 €	3.304.953,95 €

II. SÍNTESE DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

As grandes Opções do Plano para o ano de 2007, basearam-se nas linhas de desenvolvimento estratégico do Município de Borba, definidas pela maioria do executivo que se encontra a gerir os destinos do concelho, pelo que as linhas de desenvolvimento estratégico são as seguintes:

2.1 Apostar na caracterização de todos os instrumentos de planeamento indispensáveis para o nosso concelho

Os instrumentos de planeamento são fundamentais para que o crescimento económico e para que o desenvolvimento do concelho se faça de forma ordenada e programada. São eles que ditam as regras que permitem a criação de infra-estruturas, bem como a localização de equipamentos que facilitam e permitem a fixação das populações. Também permitem ditar as regras uniformes para todos os municípios.

Assim, temos a revisão do PDM concluída, encontrando-se já em plena eficácia. Pensamos que este novo PDM vai responder às necessidades do concelho e satisfazer as exigências de uma sociedade cada vez mais moderna e em permanente mudança.

O Estudo Global da Unor2 está concluído, bem como o Plano de Pormenor do Alto dos Bacos. Estes planos vão por um lado ordenar o território desta área, que por sua vez vão facilitar, em princípio, a atracção de empresas.

Para complementar o Estudo Global da Unor2 foi elaborado o PIER (Plano de Intervenção em Espaço Rural), que vai ordenar a extracção de mármore, o espaço envolvente, bem como o transporte dos subprodutos do mármore para a Área de Deposição dos mesmos a localizar em terrenos contíguos à Zona Industrial do Alto dos Bacos. Este plano também já se encontra em plena eficácia.

Está quase concluída a alteração do Plano de Pormenor da Zona Norte da vila que vai resolver os problemas urbanísticos existentes na Cerca e também ordenar a construção e localização de infra-estruturas necessárias para o concelho, tais como o Pavilhão de Eventos e o Parque de Feiras.

O projecto urbanístico da ZH1 continua a avançar e vamos transformá-lo num plano de pormenor completando assim a malha urbana futura da sede de concelho.

Os Planos de Urbanização de Orada e São Tiago de Rio de Moinhos estão a caminhar a bom ritmo, estando a versão final concluída, tendo em vista a sua aprovação pelo Município e posterior envio à CCDRA¹.

2.2 Promover o desenvolvimento económico global do concelho e de forma sustentável

Estamos a desenvolver contactos no sentido de atrair novas empresas para o concelho, quer através da sua instalação inicial, quer através da deslocalização de outras áreas do país. Pensamos que o arranque da Zona Industrial do Alto dos Bacelos, que tem uma localização privilegiada e boas acessibilidades, venha a facilitar a atracção de empresas.

Além desta, também o pequeno pólo industrial de apoio à actividade agrícola está em condições de arrancar e facilitará a instalação de pequenas unidades fabris que dinamizarão a economia local.

Iniciámos também contactos para aquisição de terrenos em Rio de Moinhos tendo em vista a instalação de um pequeno Pólo Industrial.

Pensamos que, neste momento, estão criadas as condições para a instalação de empresas no nosso concelho, que poderão vir a gerar emprego e contribuir para o crescimento económico concelhio.

Temos continuado a promover eventos sócio-económicos e diversificá-los pelo concelho, dos quais são bons exemplos as melhorias na organização de Festa da Vinha e do Vinho e da Feira do Queijo, bem como a afirmação cada vez maior, dada a importância que o tema suscita, da Feira das Ervas Alimentares da Orada. Consideramos que só com a diversificação dos eventos desta natureza pela sede de concelho, aliados à promoção dos recursos endógenos é possível o desenvolvimento sustentado e sustentável do concelho, embora saibamos que muito há para fazer e é com o esforço de todos, independentemente de divergências políticas, que é possível atingir esse desenvolvimento.

¹ CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Procurámos também promover os nossos produtos em feiras temáticas e exposições, encontros de produtores de diversas áreas para levar o nome de Borba cada vez mais longe bem como a qualidade dos nossos produtos.

O projecto do Ninho de Empresas está concluído e estamos a desenvolver esforços tendo em vista encontrar uma solução para que venha a ser uma solução que venha a ser uma realidade visando facilitar a instalação de pequenos empresários.

2.3 Apostar decisivamente na preservação do ambiente e na qualidade de vida das populações

A preservação ambiental é muito importante para esta equipa porque entendemos que a aposta nesta área se traduz positivamente na qualidade de vida das populações. Esta preocupação levou a que neste momento o projecto de ampliação do Jardim Municipal (Parque Temático do Mármore) esteja concluído e constitui um importante espaço de lazer para a população.

A nossa adesão ao sistema multimunicipal de águas foi, em nossa opinião, a melhor solução para a resolução de problemas de funcionamento das ETAR's e da qualidade da água. Veja-se o trabalho que já se iniciou, quer no abastecimento público de água à Orada e Rio de Moinhos, a conclusão da ETAR de Borba, o arranque da ETA de Borba, o estudo sobre as características dos efluentes de Santiago Rio de Moinhos e o lançamento dos concursos das pequenas ETAR's (Orada e Nora) são a prova inequívoca de que só é possível realizar estas importantes obras através da empresa Águas do Centro Alentejo S.A. de que somos accionistas.

Temos continuado a remodelação da iluminação pública do nosso concelho, tendo aumentado significativamente os novos pontos de luz.

Realizámos várias acções de educação ambiental, junto das escolas e da população. Entendemos que não pode ser a autarquia a impor aos munícipes regras de protecção ambiental, mas é preciso mudar os hábitos das populações. Estas mudanças devem incidir principalmente quer nos hábitos de consumo de água, quer na recolha e separação dos RSU's.

A pensar na qualidade de vida das populações assinámos o protocolo com a REFER para construção da Ecopista entre Vila Viçosa e Estremoz, que esperamos se venha a concretizar o mais rapidamente possível. Para tal, temos já o estudo prévio concluído e pensamos avançar rapidamente com o projecto de execução da mesma.

2.4 Apostar decisivamente na educação, cultura e no desporto

A educação é a chave para o desenvolvimento de qualquer país ou região, daí o esforço que temos feito nesta área. Não esqueçamos que, seguindo esta linha, continuamos a fazer intervenções em todos os estabelecimentos escolares do primeiro ciclo, tendo em vista melhorar as condições de ensino para professores e alunos.

Destacamos também as actividades de complemento curricular de educação física, inglês, ensino da música e actividades de lazer e animação que se encontram a funcionar correctamente. O apoio tem continuado em termos de transportes, visitas de estudo, informatização das escolas do ciclo, bem como a colaboração ao nível de pequenas obras.

Em termos culturais e desportivos são de destacar as iniciativas realizadas, grande parte delas integradas nas festas e feiras tradicionais do concelho. Continuamos a descentralizar o mais possível e a colaborar conjuntamente com todas as colectividades que têm mostrado abertura a esta nossa colaboração, apesar de reconhecermos que as dificuldades financeiras impedem um maior apoio económico às colectividades.

No âmbito do programa Pira-te,já, em parceria com o Instituto Português da Juventude e a Universidade Popular de Albuquerque temos concluída a empreitada relativa às obras de transformação do hospício no Fórum da Cultura e Juventude Transfronteiriço.

Temos colaborado com as IPSS's dentro das nossas possibilidades, embora reconheçamos que é possível melhorar as parcerias com estas instituições

2.5 Procurar que os problemas da saúde e acção social sejam minorados

Existem problemas com a saúde que são da responsabilidade da Sub-Região de Évora, a qual temos procurado sensibilizar para a sua resolução e que se tem resolvido ou minorado, fruto do nosso trabalho. Veja-se o protocolo assinado que colocou em funcionamento a Unidade Móvel de Saúde que se encontra ao serviço das populações.

O novo centro de saúde vai mesmo ser realidade. As obras estão em estado avançado e vão permitir dotar o concelho de um equipamento há muito necessário para melhor servir a população.

Além disto também estão em marcha alguns apoios aos mais carenciados, ao nível de pequenas obras necessárias nas habitações.

Embora a saúde não seja exclusivamente da nossa responsabilidade, temos procurado tratá-la com alguma sensibilidade. Veja-se o trabalho desenvolvido e actividades nesta área que se têm realizado, quer relacionadas com os jovens, quer com os idosos, que têm envolvido o Centro de Saúde, a Santa Casa da Misericórdia e restantes parceiros que se têm interessado pelos mesmos.

2.6 Melhorar as acessibilidades e o trânsito no concelho

No que se refere a acessibilidades, são de referir as grandes melhorias feitas em caminhos rurais e os melhoramentos na estrada 1042 (Rio de Moinhos - Alfaval). Ainda no que se refere a acessibilidades, é de referir os trabalhos das variantes (V6 e V7) previstos no PROZOM e no estudo global da UNOR 2, bem como das variantes (V4 e V5) que vão, não só permitir os acessos à ADC 3, como a melhoria das acessibilidades dentro do nosso concelho, e que se encontram praticamente concluídas.

2.7 Descentralizar para melhor servir as populações é fundamental

Entendemos que a autarquia deve ajudar as instituições sociais, culturais e desportivas e daí a concretização de protocolos que tem permitido descentralizar iniciativas e concretizar os planos de actividades das várias instituições.

Temos protocolos com todas as Juntas de Freguesia porque entendemos que o princípio da subsidiariedade também se deve aplicar ao concelho de Borba. São as Juntas de Freguesia que estão mais próximas das populações e devem ser elas a realizar algumas tarefas importantes para o seu bem estar.

No entanto, as limitações orçamentais têm dificultado os nossos apoios. Não é possível continuar a aumentar os apoios às instituições devido às limitações orçamentais que são cada vez maiores. No entanto, devemos continuar a encontrar soluções para aumentar as descentralizações, bem como a transferência das verbas correspondentes para a sua concretização, porque neste tipo de política todos os envolvidos saem beneficiados, principalmente, as populações para quem nós trabalhamos.

2.8 Aproveitar a localização estratégica do concelho na zona dos mármore

A nossa localização central dentro da Zona dos Mármore, aliada às boas vias de comunicação rodoviárias (A6 e EN4), tornam o concelho de Borba como um dos mais bem posicionados na região, quer em relação à capital do país, quer em relação ao seu posicionamento no eixo da A6 que liga Lisboa a Espanha.

Temos trabalhado para que o concelho de Borba em termos de acessibilidades seja um exemplo para a região e para o país, porque consideramos que estas contribuem para que a localização de Borba seja cada vez mais importante e conseqüentemente para que as possibilidades de desenvolvimento sejam cada vez maiores.

2.9 Modernizar e inovar tecnologicamente

A implementação efectiva do projecto Évora Distrito Digital vai contribuir para uma melhoria significativa em termos de modernização.

Pretendemos continuar a reestruturar os serviços e a modernizá-los tendo em vista melhorar o atendimento público e a criar melhores condições de trabalho dos funcionários. Esta situação vai melhorar significativamente com a saída da actual Biblioteca, bem como dos serviços do notariado e registo civil e predial dos Paços do concelho.



Continuamos a fazer um grande esforço para modernizar administrativamente os serviços, procurando que a sua agilização seja cada vez maior e melhor. Temos apostado na formação dos trabalhadores para que estes venham a responder melhor às solicitações da sociedade actual em permanente e acelerado ritmo de desenvolvimento.

2.10 Participação e/ou criação de empresas municipais, intermunicipais e multimunicipais

É de referir o concurso para escolha do parceiro privado, tendo em vista a criação de uma sociedade anónima para constituição das piscinas descobertas e das infra-estruturas do parque industrial do Alto dos Baceiros.

Temos participado como accionistas na Empresa de Águas do Centro Alentejo S.A., na empresa intermunicipal GESAMB, na empresa EDC mármore e como associados da Associação de Municípios do Distrito de Évora, procurando em todas elas contribuir para que sejam tomadas medidas que vão de encontro ao bem estar das populações. É de destacar o nosso envolvimento na empresa EDC – Mármore tem sido total e tem marcado a diferença pela positiva, sobretudo ao nível da implementação da ADC, que esperamos venha a trazer benefícios ao concelho, quer em termos ambientais, quer em termos de criação de postos de trabalho.

Temos propostas para criação de empresas com envolvimento municipal, tendo em vista melhorar os serviços autárquicos e melhorar a gestão da autarquia.

III. CONTABILIDADE E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1 Enquadramento

Esta autarquia iniciou em 2002 a implementação do POCAL, tendo durante os anos seguintes dado continuidade ao processo de organização contabilista, que se traduziu por um lado em confirmar, verificar e rectificar alguns procedimentos, e por outro em dar início a novos métodos de acção, com especial relevo para o apuramento dos custos das obras elaboradas por administração directa, e da contagem física dos materiais em armazém. A continuidade e aperfeiçoamento da organização do funcionamento desta autarquia foram acompanhados pela introdução de novos “módulos” informáticos e espera-se vir a dar um importante “salto”, em termos qualitativos, com o novo sistema já implementado.

3.2 Análise orçamental

O orçamento de Receita e Despesa apresentou a execução descrita nos quadros seguintes.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA 2007				
RECEITAS		ORÇAMENTO CORRIGIDO	RECEITA COBRADA	%
RECEITAS CORRENTES				
01	IMPOSTOS DIRECTOS	455.000,00 €	639.856,02 €	140,63
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	24.500,00 €	39.609,74 €	161,67
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	108.925,00 €	94.902,94 €	87,13
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	281.754,80 €	308.611,42 €	109,53
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.531.138,84 €	2.431.566,05 €	96,07
07	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	894.505,00 €	1.048.063,21 €	117,17
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.330.976,36 €	58.785,39 €	4,42
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		5.626.800,00 €	4.621.394,77 €	82,13
RECEITAS DE CAPITAL				
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	805.000,00 €	35.250,00 €	4,38
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.463.042,23 €	2.765.748,15 €	32,68
11	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00 €	0,00 €	0,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	904.821,94 €	482.755,38 €	53,35
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.805.658,83 €	7.118,44 €	0,09
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0,00 €	0,00 €	0,00
16	SALDO ORÇAMENTAL	290.071,52 €	0,00 €	0,00
17	OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS	0,00 €	0,00 €	0,00
TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL		18.268.594,52 €	3.290.871,97 €	18,01
TOTAL DAS RECEITAS		23.895.394,52 €	7.912.266,74 €	33,11



O quadro acima demonstra que, em termos orçamentais a receita corrente cobrada foi de 4.621.394,77€, o que representa 82,13% da receita corrente prevista. No que concerne às receitas de capital, o valor previsto ascendia a 18.268.594,52€, tendo sido cobrado 18,01% desse valor. No que concerne à receita total, no ano de 2007, foi recebido 33,11% do valor total previsto.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA 2007				
DESPESA		ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESA PAGA	%
DESPESAS CORRENTES				
01	DESPESAS COM PESSOAL	3.122.150,00 €	2.949.433,38 €	94,47
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.875.400,00 €	1.053.935,14 €	56,20
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	276.650,00 €	265.481,97 €	95,96
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	368.650,00 €	212.552,29 €	57,66
05	SUBSÍDIOS	18.250,00 €	16.843,52 €	92,29
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.400,00 €	23.591,23 €	59,88
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		5.700.500,00 €	4.521.837,53 €	79,32
DESPESAS DE CAPITAL				
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	17.351.894,52 €	2.692.920,53 €	15,52
08	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	60.000,00 €	469,66 €	0,78
09	ACTIVOS FINANCEIROS	14.000,00 €	3.066,94 €	21,91
10	PASSIVOS FINANCEIROS	769.000,00 €	608.496,82 €	79,13
11	OUTRAS DESPESAS CAPITAL	0,00 €	0,00 €	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL		18.194.894,52 €	3.304.953,95 €	18,16
TOTAL DAS DESPESAS		23.895.394,52 €	7.826.791,48 €	32,75

Da análise do quadro anterior podemos constatar que a despesa paga representou 79,32% do previsto e a despesa de capital paga representou 18,16% do previsto.

Ao nível de transferências, as obtidas da administração Central, nomeadamente através do Fundo Geral Municipal, Fundo de Base Municipal, Fundo de Coesão Municipal, Fundo de Equilíbrio Municipal, Fundo Social Municipal e Participação no IRS apresentam um peso elevado nas receitas totais recebidas pela autarquia, próximo dos 44%, bem com as recebidas referentes a projectos candidatados a fundos comunitários, cerca de 15,50% do total das receitas recebidas. Estas duas receitas têm um peso de aproximadamente 60% do total das receitas recebidas em 2007.

As receitas recebidas de candidaturas a fundos comunitários apresentam um peso de superior a 37% das receitas de capital, sendo assim um factor importante de financiamento para fazer face às despesas previstas no Plano Plurianual de Investimentos.



No Plano Plurianual de Investimentos e nas Grandes Opções do Plano, para o ano 2007, previa-se um investimento em várias áreas, estruturado pelos seguintes objectivos e projecto:

1 – FUNÇÕES GERAIS

1.1 Serviços Gerais da Administração Pública;

1.2 Segurança e Ordem Pública;

2 – FUNÇÕES SOCIAIS

2.1 Educação;

2.3 Segurança e Acções Sociais;

2.4 Habitações e Serviços Colectivos;

2.5 Serviços Culturais Recreativos e Religiosos;

3 – FUNÇÕES ECONÓMICAS

Indústria e Energia;

Transportes e Comunicações;

Comércio e Turismo;

4 – OUTRAS FUNÇÕES

4.2 Transferência entre Administrações;

4.3 Diversas não Especificadas;

Ao nível de execução do Plano e plano plurianual de Investimentos, os objectivos apresentados anteriormente, apresentaram os valores indicados nos quadros seguintes.



Objectivo	Designação do programa e projecto/acção	Montante previsto		Montante executado		Nível de Execução Financ. Anual (a)	Nível de Execução Financ. Global (b)
		Ano	Total	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS						
	1.1.0 - SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
	1.1.1 - Administração geral						
	1.1.1.1 - Edifícios	361.341,00	1.336.341,00	168.346,00	551.336,10	46,59	41,26
	1.1.1.2 - Maquinaria e equipamento	231.000,00	973.000,00	40.552,25	763.928,82	17,56	78,51
	Total da 1.1.1.	592.341,00	2.309.341,00	208.898,25	1.315.264,92	35,27	56,95
	TOTAL 1.1 - SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	592.341,00	2.309.000,00	208.898,25	1.315.264,92	35,27	56,95
	1.2.0 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA						
	1.2.1 - Protecção civil e luta contra incêndios	2.500,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL 1.2 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	2.500,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL 1 - FUNÇÕES GERAIS	594.841,00	2.319.341,00	208.898,25	1.315.264,92	35,12	56,71	
2	FUNÇÕES SOCIAIS						
	2.1.0 - FUNÇÕES SOCIAIS						
	2.1.1 - Ensino não superior	685.000,00	1.085.000,00	221.894,21	486.487,44	32,39	44,84
	TOTAL 2.1 - EDUCAÇÃO	685.000,00	1.085.000,00	221.894,21	486.487,44	32,39	44,84
	2.3.0 - SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS						
	2.3.2 - Acção social	72.000,00	332.000,00	1.598,82	16.150,87	2,22	4,86
	TOTAL 2.3 - SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	72.000,00	332.000,00	1.598,82	16.150,87	2,22	4,86
	2.4.0 - HABITAÇÕES E SERVIÇOS COLECTIVOS						
	2.4.1 - Habitação	35.000,00	155.000,00	632,21	64.651,51	1,81	41,71
	2.4.2 - Ordenamento do território						
	2.4.2.1 - Planos municipais de ordenamento	202.500,00	232.500,00	1.831,34	196.856,82	0,90	84,67
	2.4.2.2 - Reabilitação urbana e rural						
	2.4.2.2.1 - Urbanização de terrenos	463.950,00	743.950,00	87.351,83	1.828.135,77	18,83	245,73
	2.4.2.2.2 - Revitalização de espaços Públicos	1.212.000,00	1.272.000,00	45.326,40	127.855,85	3,74	10,05
	2.4.2.2.3 - Aquisição de terrenos	60.000,00	210.000,00	60.000,00	209.263,52	100,00	99,65
	Total da 2.4.2.2	1.735.950,00	2.225.950,00	192.678,23	2.165.255,14	11,10	97,27
	Total da 2.4.2	1.938.450,00	2.458.450,00	194.509,57	2.362.111,96	10,03	96,08
	2.4.3 - Saneamento	215.000,00	910.000,00	31.867,94	325.741,06	14,82	35,80
	2.4.4 - Abastecimento de água	315.800,00	1.055.800,00	21.645,19	483.562,88	6,85	45,80
	2.4.5 - Resíduos sólidos	32.000,00	67.000,00	2.299,00	155.913,11	7,18	232,71
	2.4.6 - Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	23.500,00	113.500,00	132,48	1.179,68	0,56	1,04
	TOTAL 2.4 - HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	2.559.750,00	4.759.750,00	251.086,39	3.393.160,20	9,81	71,29
	2.5.0 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS						
2.5.1 - Cultura	1.868.075,00	2.428.075,00	385.864,73	1.304.469,71	20,66	53,72	
2.5.2 - Desporto recreio e lazer	5.463.955,00	8.343.955,00	71.533,28	1.420.751,74	1,31	17,03	
TOTAL 2.5 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	7.332.030,00	10.772.030,00	457.398,01	2.725.221,45	6,24	25,30	
TOTAL 2 - FUNÇÕES SOCIAIS	10.648.780,00	16.948.780,00	931.977,43	6.621.019,96	8,75	39,06	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS						
	3.2.0 - INDÚSTRIA E ENERGIA						
	3.2.1 - Espaços Industriais	104.000,00	4.719.000,00	36.984,47	1.659.979,58	35,56	35,18
	3.2.2 - Iluminação pública	38.000,00	118.000,00	166,98	372.351,95	0,44	315,55
	TOTAL 3.2 - INDÚSTRIA E ENERGIA	142.000,00	4.837.000,00	37.151,45	2.032.331,53	26,16	42,02
	3.3.0 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES						
	3.3.1 - Transportes rodoviários						
	3.3.1.1 - Gestão de trânsito	15.000,00	55.000,00	0,00	43.579,33	0,00	79,24
	3.3.1.2 - Vias, arruamentos e parques de estacionamento Municipais	3.931.602,00	5.991.602,00	946.438,50	2.533.726,52	24,07	42,29
	Total da 3.3.1	3.946.602,00	6.046.602,00	946.438,50	2.577.305,85	23,98	42,62
TOTAL 3.3. - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3.946.602,00	6.046.602,00	946.438,50	2.577.305,85	23,98	42,62	
3.4.0 - COMÉRCIO E TURISMO							
3.4.1 - Mercado e feiras	648.000,00	648.000,00	197.283,56	592.030,83	30,44	91,36	
3.4.2 - Turismo	819.321,52	1.739.321,52	334.801,94	2.340.223,48	40,86	134,55	
TOTAL 3.4. - COMERCIO E TURISMO	1.647.321,52	2.387.321,52	532.085,50	2.932.254,31	36,26	122,83	
TOTAL 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.555.923,52	13.270.923,52	1.515.675,45	7.541.891,69	27,28	56,83	
4	OUTRAS FUNÇÕES						
	4.2.0 - Transferências entre administrações	60.000,00	60.000,00	469,66	79.116,49	0,78	131,86
	4.3.0 - Diversas não especificadas	540.550,00	565.550,00	34.099,90	193.887,98	6,31	34,28
	TOTAL 4 - OUTRAS FUNÇÕES	600.550,00	625.550,00	34.569,56	273.004,47	5,76	43,64
TOTAL GERAL	17.400.094,52	33.164.594,52	2.691.120,69	15.751.181,04	15,47	47,49	

Em termos de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos em 2007, verificamos que para o montante previsto de 17.400.094,52€, foi executado 15,47%. Quando se efectua esta leitura, é necessário ter em atenção que este mapa tem apenas em consideração despesas, e não a execução física do PPI, ou seja, considera unicamente as despesas pagas pelo projecto. Podemos efectuar uma leitura diferente em relação à execução destes projectos, relacionando este mapa com a evolução do activo bruto.

Analisando individualmente o montante previsto para cada objectivo e a respectiva execução, podemos ordená-los de forma decrescente do seguinte modo:

- Funções Gerais: 35,12%
- Funções Económicas: 27,28%
- Funções Sociais: 8,75%
- Outras Funções: 5,76%

Porém se procedermos a uma análise de forma a medir o peso da execução anual de cada objectivo no total executado, e efectuarmos a comparação com os valores previstos, obtemos o quadro seguinte:

PESO DA EXECUÇÃO DO PPI POR OBJECTIVO NA EXECUÇÃO TOTAL

Designação do programa e projecto/acção	Montante previsto	Montante executado	Previsto	Executado
	Ano	Ano	%	%
FUNÇÕES GERAIS	594.841,00 €	208.898,25 €	3,42	7,76
FUNÇÕES SOCIAIS	10.648.780,00 €	931.977,43 €	61,20	34,63
FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.555.923,52 €	1.515.675,45 €	31,93	56,32
OUTRAS FUNÇÕES	600.550,00 €	34.569,56 €	3,45	1,28
TOTAL	17.400.094,52	2.691.120,69	100,00	100,00

Tendo como base o Plano Plurianual de Investimentos, os objectivos estavam hierarquizados da seguinte forma, face ao montante total previsto:

- Funções Sociais: 61,20%
- Funções Económicas: 31,93%
- Outras Funções: 3,45%
- Funções Gerais: 3,42%

Ao efectuarmos o mesmo tipo de análise, mas tendo como base os montantes executados no ano, ficam estruturados da seguinte forma:

- Funções Económicas: 56,32%
- Funções Sociais: 34,63%
- Funções Gerais: 7,76%
- Outras Funções: 1,28%

Deste modo, verifica-se que os dois objectivos que tinham maior peso aquando da previsão do PPI, são os que em fase de execução continuam a manter o maior peso, embora em diferentes posições.

Constata-se ainda que existem dois objectivos, que por si só absorvem mais de 90% dos investimentos realizados, nomeadamente, as Funções Sociais e Económicas, visto ser nestes objectivos que estão situadas acções nos seguintes domínios:

- **FUNÇÕES SOCIAIS**

Educação; Segurança e Acção Sociais; Habitações e Serviços Colectivos; Ordenamento do Território; Saneamento; Abastecimento de Água; Resíduos Sólidos; Protecção do meio Ambiente e Protecção da Natureza; Serviços Culturais Recreativos e Religiosos.

- **FUNÇÕES ECONÓMICAS**

Industria e Energia (Espaços industriais e Iluminação Pública); Transportes e Comunicações (Gestão de Trânsito e Vias arruamentos e parques de estacionamento municipais); Comércio e Turismo.



RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2007

Objectivo	Designação do programa e projecto/acção	Montante previsto		Montante executado		Nível de Execução Financ. Anual (a)	Nível de Exec. Financ. Global (b)
		Ano	Total	Ano	Total		
	FUNÇÕES GERAIS						
	1.1.0 - SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
	1.1.1 - Administração geral						
	1.1.1.1 - Edifícios	361.341,00	1.336.341,00	168.346,00	551.336,10	46,59	41,3
	1.1.1.2 - Maquinaria e equipamento	231.000,00	973.000,00	40.552,25	763.928,82	17,56	78,5
	1.1.1.3 - Outros serviços Gerais	133.350,00	750.550,00	88.192,40	88.192,40	66,14	11,8
	Total da 1.1.1.	725.691,00	3.059.891,00	297.090,65	1.403.457,32	40,94	45,9
	TOTAL 1.1 - SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	725.691,00	3.059.891,00	297.090,65	1.403.457,32	40,94	45,9
	1.2.0 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA						
	1.2.1 - Protecção civil e luta contra incêndios	2.500,00	10.000,00	0	0	0	0
	TOTAL 1.2 - SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	2.500,00	10.000,00	0	0	0	0
1	TOTAL 1 - FUNÇÕES GERAIS	728.191,00	3.069.891,00	297.090,65	1.403.457,32	40,8	45,72
	FUNÇÕES SOCIAIS						
	2.1.0 - FUNÇÕES SOCIAIS						
	2.1.1 - Ensino não superior	685.000,00	1.085.000,00	221.894,21	486.487,44	32,39	44,8
	2.1.2 - Serviços auxiliares de ensino	123.150,00	599.150,00	69.650,17	69.650,17	56,56	11,6
	TOTAL 2.1 - EDUCAÇÃO	808.150,00	1.684.150,00	291.544,38	556.137,61	36,08	33
	2.3.0 - SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS						
	2.3.2 - Acção social	72.000,00	332.000,00	1.598,82	16.150,87	2,22	4,86
	TOTAL 2.3 - SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	72.000,00	332.000,00	1.598,82	16.150,87	2,22	4,86
	2.4.0 - HABITAÇÕES E SERVIÇOS COLECTIVOS						
	2.4.1 - Habitação	35.000,00	155.000,00	632,21	64.651,51	1,81	41,7
	2.4.2 - Ordenamento do território						
	2.4.2.1 - Planos municipais de ordenamento	202.500,00	232.500,00	1.831,34	196.856,82	0,9	84,7
	2.4.2.2 - Reabilitação urbana e rural						
	2.4.2.2.1 - Urbanização de terrenos	463.950,00	743.950,00	87.351,83	1.828.135,77	18,83	246
	2.4.2.2.2 - Revitalização de espaços Públicos	1.212.000,00	1.272.000,00	45.326,40	127.855,85	3,74	10,1
	2.4.2.2.3 - Aquisição de terrenos	60.000,00	210.000,00	60.000,00	209.263,52	100	99,7
	Total da 2.4.2.2	1.735.950,00	2.225.950,00	192.678,23	2.165.255,14	11,1	97,3
	Total da 2.4.2	1.938.450,00	2.458.450,00	194.509,57	2.362.111,96	10,03	96,1
	2.4.3 - Saneamento	321.100,00	1.416.100,00	31.867,94	325.741,06	9,92	23
	2.4.4 - Abastecimento de água	367.800,00	1.303.800,00	26.067,94	487.985,63	7,09	37,4
	2.4.5 - Resíduos sólidos	174.650,00	803.250,00	103.195,66	256.809,77	59,09	32
	2.4.6 - Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	23.500,00	113.500,00	132,48	1.179,68	0,56	1,04
	TOTAL 2.4 - HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	2.860.500,00	6.250.100,00	356.405,80	3.498.479,61	12,46	56
	2.5.0 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS						
	2.5.1 - Cultura	1.968.075,00	3.128.075,00	410.340,20	1.328.945,18	20,85	42,5
	2.5.2 - Desporto recreio e lazer	5.661.505,00	9.261.505,00	208.347,16	1.557.565,62	3,68	16,8
	TOTAL 2.5 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	7.629.580,00	12.389.580,00	618.687,36	2.886.510,80	8,11	23,3
2	TOTAL 2 - FUNÇÕES SOCIAIS	11.370.230,00	20.655.830,00	1.268.236,36	6.957.278,89	11,15	33,68
	FUNÇÕES ECONÓMICAS						
	3.2.0 - INDÚSTRIA E ENERGIA						
	3.2.1 - Espaços Industriais	104.000,00	4.719.000,00	36.984,47	1.659.979,58	35,56	35,2
	3.2.2 - Iluminação pública	119.100,00	479.100,00	60.559,33	432.744,30	50,85	90,3
	TOTAL 3.2. - INDÚSTRIA E ENERGIA	223.100,00	5.198.100,00	97.543,80	2.092.723,88	43,72	40,3
	3.3.0 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES						
	3.3.1 - Transportes rodoviários						
	3.3.1.1 - Gestão de trânsito	26.000,00	426.000,00	2.158,70	45.738,03	8,3	10,7
	3.3.1.2 - Vias, arruamentos e parques de estacionamento Municipais	3.931.602,00	5.991.602,00	946.438,50	2.533.726,52	24,07	42,3
	Total da 3.3.1	3.957.602,00	6.417.602,00	948.597,20	2.579.464,55	23,97	40,2
	TOTAL 3.3. - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3.957.602,00	6.417.602,00	948.597,20	2.579.464,55	23,97	40,2
	3.4.0 - COMÉRCIO E TURISMO						
	3.4.1 - Mercado e feiras	648.000,00	648.000,00	197.283,56	592.030,83	30,44	91,4
	3.4.2 - Turismo	819.321,52	1.739.321,52	334.801,94	2.340.223,48	40,86	135
	TOTAL 3.4. - COMERCIO E TURISMO	1.467.321,52	2.387.321,52	532.085,50	2.932.254,31	36,26	123
3	TOTAL 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS	5.648.023,52	14.003.023,52	1.578.226,50	7.604.442,74	27,94	54,31
	OUTRAS FUNÇÕES						
	4.2.0 - Transferências entre administrações	129.100,00	129.100,00	58.749,24	137.396,07	45,51	106
	4.3.0 - Diversas não especificadas	540.550,00	565.550,00	34.099,90	193.887,98	6,31	34,3
4	TOTAL 4 - OUTRAS FUNÇÕES	669.650,00	694.650,00	92.849,14	331.284,05	13,87	47,69
	TOTAL GERAL	18.416.094,52	38.423.394,52	3.236.402,65	16.296.463,00	17,57	42,4

Ao incorporarmos as Acções mais relevantes, e analisando individualmente o montante previsto para cada objectivo e a respectiva execução, podemos ordená-los de forma decrescente do seguinte modo:

- Funções Gerais: 40,80%
- Funções Económicas: 27,94 %
- Outras Funções: 13,87%
- Funções Sociais: 11,15 %

Ao analisarmos comparativamente as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos, verifica-se que a nível percentual a estrutura de pesos relativos de cada função mantém-se, embora devido á inclusão das despesas correntes relacionadas com transferências para entidades, realização de eventos culturais, aterro intermunicipal, espaço Internet, apoio financeiro a estudantes, entre outras, o seu peso global aumente.

O valor anual previsto para as GOP em 2006 foi de 23.059.710,74€, tendo sido executado 3.495.365,61€ e, em 2007 o valor anual previsto foi de 1.016.000,00€, tendo sido executado um valor executado de 545.281,96€.

Da análise do quadro anterior, podemos concluir que a autarquia executou cerca de 18% do inicialmente previsto. Comparativamente com o ano transacto verificou-se um acréscimo de execução de mais de dois pontos percentuais, o que revela bons níveis de desempenho, face aos contínuos condicionalismos a que as formas de financiamento das autarquias têm sido sujeitas.



3.3 Participação da autarquia em entidades societárias

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	N.P.C.
EDC, MARMORES	Rua Alferes Marcelino, 34 / 7160 - 281 Vila Viçosa	506035972
Águas Centro Alentejo SA	Rua de Valdevinos, 44 / 7000 - 868 Évora	506306143
CEVALOR	Estrada Nacional 3, Km 8 / 7150 Borba	502427035

3.3 Participação da autarquia em entidades não societárias

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marnoco e Sousa, 52 / 3004 - 511 Coimbra
Região de Turismo Évora	Rua da Aviz, 92 / 7000 Évora
Associação de Municípios do Distrito de Évora	Rua 24 de Julho 1, r/c / 7000 Évora
Ester – Associação de Formação Tecnológica no Sector das Rochas Ornamentais e Industriais	Estrada Nacional 4, Km 8 / 7150 Borba
Associação de Desenvolvimento Montes Claros	Mercado Municipal / 7150 Borba
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Rua 16 de Novembro / 2071-909 Cartaxo

IV. POLITICAS CONTABILISTICAS ADOPTADAS

Embora se tenha dado continuidade ao trabalho de articulação entre os vários sectores da autarquia, introdução que o POCAL veio exigir, ainda se mantém algumas limitações, nomeadamente:

- Embora já exista um apuramento dos custos por funções com base nos centros de custo, a classificação por funções ainda não foi plenamente implementada;
- O apuramento dos custos das obras feitas por administração directa, embora já tenha sido alvo de correcções, ainda necessita de um aperfeiçoamento ao nível do apuramento e da articulação com o custo/hora das viaturas ou máquinas;
- Os bens em armazém foram inventariados no final do ano. Porém, se nas quantidades não existe nada a apontar, em relação á valorização dos produtos, seguindo o método do custo médio, continuam a existir situações a melhorar. Este problema está directamente relacionado com problemas informáticos;
- Ao nível do imobilizado/inventário, deu-se continuidade ao trabalho de conferência e verificação de todos os bens móveis e imóveis da autarquia, contudo ainda não se encontra concluído. Esta situação é justificada por um lado, pelo elevado número de bens móveis e muito dispersos ao nível de localização e, por outro, pela complexidade e falta de procedimentos em relação aos bens de domínio público. As correcções até agora efectuadas foram feitas pela conta 59 - Resultados Transitados;
- A conta de imobilizado em curso carece de uma intervenção ao nível de desagregação mais pormenorizada, ou seja pretende-se uma desagregação por obra. Esta situação só será possível de concretizar com uma articulação plena entre os vários sectores da autarquia, nomeadamente secção de contabilidade, e secção de produção;
- A metodologia e os procedimentos actualmente adoptados para o acompanhamento das obras, principalmente as executadas por administração directa, ainda não conseguem dar resposta ás necessidades contabilística. É essencial no fim de qualquer obra, dispor de informação do seu custo por rubrica. Para tal é necessário uma articulação entre secção de contabilidade, secção de produção e técnico responsável pela obra, que ainda não foi possível concretizar.

V. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLITICA ORÇAMENTAL DESENVOLVIDA PELA AUTARQUIA

5.1. Processo Orçamental

O Orçamento de 2007 assim como as Grandes Opções do Plano, tiveram a aprovação do órgão executivo em 6 de Dezembro de 2006 e do órgão deliberativo em 15 de Dezembro de 2006.

5.2. Modificações ao orçamento inicial e plano plurianual de investimentos

Durante o decorrer do exercício foram necessárias efectuar 13 alterações orçamentais e 13 alterações ao Plano Plurianual de Investimentos, de forma a adaptar o orçamento e o PPI às necessidades surgidas no período da sua realização.

Efectuou-se também uma revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e duas revisões orçamentais. Com as alterações e revisões o orçamento global passou para o valor de 23.895.394,52 €.

5.3. Resumo da execução orçamental

Em termos de execução orçamental as disponibilidades financeiras do Município, no ano 2007, foram as constantes nos seguintes mapas (fluxos de caixa, receitas cobradas e despesas pagas)

FLUXOS DE CAIXA

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da gerência anterior		Saldo para a gerência seguinte	
<i>Execução orçamental</i>	290.071,52 €	<i>Execução orçamental</i>	375.546,78 €
<i>Operações de tesouraria</i>	169.749,81 €	<i>Operações de tesouraria</i>	177.053,96 €
Operações de tesouraria	906.510,99 €	Operações de tesouraria	899.206,84 €
Receitas orçamentais		Despesas orçamentais	
<i>Correntes</i>	4.621.394,77 €	<i>Correntes</i>	4.521.837,53 €
<i>Capital</i>	3.290.871,97 €	<i>Capital</i>	3.304.953,95 €
TOTAL	9.278.599,06 €	TOTAL	9.278.599,06 €



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2004/2005/2006/2007

RECEITAS COBRADAS

RECEITAS	Receita cobrada 2004	Receita cobrada 2005	Receita cobrada 2006	Receita cobrada 2007	var. 06/07
RECEITAS CORRENTES					
01 IMPOSTOS DIRECTOS	571.866,43 €	534.457,25 €	499.813,37 €	639.856,02 €	28,02
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	93.787,96 €	31.921,82 €	21.746,86 €	39.609,74 €	82,14
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	79.400,06 €	92.704,83 €	115.884,19 €	94.902,94 €	-18,11
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	254.737,38 €	279.346,94 €	281.854,16 €	308.611,41 €	9,49
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.104.676,36 €	2.212.700,06 €	2.307.353,64 €	2.431.566,05 €	5,38
07 VENDAS DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	686.430,73 €	860.353,75 €	829.905,69 €	1.048.063,21 €	26,29
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.482,35 €	50.436,63 €	116.280,47 €	58.785,39 €	-49,45
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.880.381,27 €	4.061.921,28 €	4.172.838,38 €	4.621.394,76 €	10,75
RECEITAS DE CAPITAL					
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	100.095,00 €	390.955,00 €	39.059,45 €	35.250,00	-9,75
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.291.575,06 €	2.335.834,86 €	2.629.526,45 €	2.765.748,15	5,18
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00
12 PASSIVOS FINANCEIROS	613.107,66 €	1.098.060,34 €	1.012.168,69 €	482.755,38	-52,30
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	110,24 €	6.778,12 €	4.917,32 €	7.118,44	44,76
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00
16 SALDO ORÇAMENTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00
17 OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL	3.004.887,96 €	3.831.628,32 €	3.685.671,91 €	3.290.871,97	-10,71
TOTAL DAS RECEITAS	6.492.715,44 €	7.893.549,60 €	7.858.510,29 €	7.912.266,73	0,68

DESPESAS PAGAS

DESPESAS	Despesa paga 2004	Despesa paga 2005	Despesa paga 2006	Despesa paga 2007	var. 06/07
DESPESAS CORRENTES					
01 DESPESAS COM PESSOAL	2.627.748,65 €	2.787.986,84 €	2.864.608,02 €	2.949.433,38	2,96
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	977.263,48 €	1.214.629,04 €	1.157.573,65 €	1.053.935,14	-8,95
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	92.275,65 €	86.586,72 €	168.119,96 €	265.481,97	57,91
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	169.832,82 €	214.661,63 €	183.297,30 €	212.552,29	15,96
05 SUBSÍDIOS	0,00 €	0,00 €	14.057,11 €	16.843,52	19,82
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.401,19 €	8.082,22 €	21.465,49 €	23.591,23	9,90
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	3.871.521,79 €	4.311.946,45 €	4.409.121,53 €	4.521.837,53	2,56
DESPESAS DE CAPITAL					
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	1.931.647,67 €	2.325.955,53 €	2.911.608,13 €	2.692.920,53	-7,51
08 TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	17.670,17 €	65.626,82 €	20.349,84 €	469,66	-97,69
09 ACTIVOS FINANCEIROS	111.343,08 €	118.811,75 €	7.461,10 €	3.066,94	-58,89
10 PASSIVOS FINANCEIROS	953.182,43 €	665.140,55 €	665.133,91 €	608.496,82	-8,52
11 OUTRAS DESPESAS CAPITAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL	3.013.843,35 €	3.175.534,65 €	3.604.552,98 €	3.304.953,95	-8,31
TOTAL DAS DESPESAS	6.572.545,98 €	7.487.481,10 €	8.013.674,51 €	7.826.791,48	-2,33



Relativamente às receitas verifica-se um aumento ao nível das receitas correntes de 10,75% face ao ano anterior, influenciado principalmente pelo aumento verificado nos impostos directos e indirectos. Ao nível das receitas de capital regista-se um decréscimo na ordem dos 10,71% face a 2006, influenciado, essencialmente, pelos passivos financeiros. As receitas totais cresceram 0,68% face ao ano anterior.

No que concerne às despesas verifica-se um acréscimo ao nível das despesas correntes de 2,56% face ao ano anterior, influenciadas em grande parte pelo aumento verificado nos juros e outros encargos. As despesas de capital diminuíram 8,31%, denotando-se terem sido as transferências de capital e os activos financeiros as rubricas que mais contribuiriam para esse facto. Com estas variações conseguiu-se apurar uma diminuição de 2,33% nas despesas totais face ao ano de 2006.

5.4. Transferências e subsídios obtidos

DESCRIÇÃO	2004			
	Correntes	Capital	Total	Peso (%)
RECEITAS				
Fundo Base Municipal	646.977,00 €	431.318,00 €		
Fundo Geral Municipal	951.480,00 €	638.856,00 €	3.399.294,00 €	49,37%
Fundo de Coesão Municipal	438.398,00 €	292.265,00 €		
Fundo de Equilíbrio Financeiro				
Fundo Social Municipal				
Participação no IRS				
Fundos de candidaturas PORA/FEDER		908.754,04 €	908.754,04 €	13,20%
Total de Receitas	3.880.381,27 €	3.004.887,96 €	6.885.269,23 €	100,00%

DESCRIÇÃO	2005			
	Correntes	Capital	Total	Peso (%)
RECEITAS				
Fundo Base Municipal	654.123,00 €	436.082,00 €		
Fundo Geral Municipal	993.433,00 €	647.643,00 €	3.464.984,00 €	43,90%
Fundo de Coesão Municipal	440.222,00 €	293.481,00 €		
Fundo de Equilíbrio Financeiro				
Fundo Social Municipal				
Participação no IRS				
Fundos de candidaturas PORA/FEDER		933.379,25 €	933.379,25 €	11,82%
Total de Receitas	4.061.921,28 €	3.831.628,32 €	7.893.549,60 €	100,00%



DESCRIÇÃO	2006			
	Correntes	Capital	Total	Peso (%)
RECEITAS				
Fundo Base Municipal	648.161,00 €	432.107,00 €		
Fundo Geral Municipal	1.003.963,00 €	669.309,00 €	3.491.250,00 €	44,43%
Fundo de Coesão Municipal	442.626,00 €	295.084,00 €		
Fundo de Equilíbrio Financeiro				
Fundo Social Municipal				
Participação no IRS				
Fundos de candidaturas PORA/FEDER		1.220.781,51 €	1.220.781,51 €	15,53%
Total de Receitas	4.172.838,38 €	3.685.671,91 €	7.858.510,29 €	100,00%

DESCRIÇÃO	2007			
	Correntes	Capital	Total	Peso (%)
RECEITAS				
Fundo Base Municipal	54.013,00 €	36.008,00 €		
Fundo Geral Municipal	83.663,00 €	55.775,00 €		
Fundo de Coesão Municipal	36.885,00 €	24.590,00 €	3.458.640,00 €	43,71%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.767.863,00 €	1.188.069,00 €		
Fundo Social Municipal	96.829,00 €			
Participação no IRS	114.945,00 €			
Fundos de candidaturas PORA/FEDER		1.220.971,08 €	1.220.971,08 €	15,43%
Total de Receitas	4.621.394,77 €	3.290.871,97 €	7.912.266,74 €	100,00%

Pela análise dos quadros anteriores podemos constatar que as transferências obtidas da Administração Central, nomeadamente através do Fundo de Base Municipal, Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal², Fundo de Equilíbrio Financeiro³, Fundo Social Municipal⁴ e Participação no IRS⁵ apresentaram um peso elevado nas receitas totais recebidas pela autarquia correspondendo a:

- 49,37% das receitas totais em 2004;
- 43,90% das receitas totais em 2005;
- 44,43% das receitas totais em 2006;
- 43,71% das receitas totais em 2007.

² Apenas transferido a partir de 2007.

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ Idem.



As receitas recebidas de projectos candidatados a fundos comunitários também se revelaram de peso significativo nas receitas totais, correspondendo a:

- 13,20% das receitas totais em 2004;
- 11,82% das receitas totais em 2005;
- 15,53% das receitas totais em 2006;
- 15,60% das receitas totais em 2007.

O acréscimo dos montantes recebidos, de ano para ano, do PORA/FEDER justifica-se pela dinâmica criada pela Autarquia através da candidatura e execução de projectos aos quadros comunitários de apoio.

As transferências da Administração Central e os apoios à execução de projectos candidatados ao PORA/FEDER apresentam um peso de enorme importância nas receitas totais do Município, correspondendo a:

- 62,57% das receitas totais em 2004;
- 55,72% das receitas totais em 2005;
- 59,96% das receitas totais em 2006;
- 59,14% das receitas totais em 2007.

As receitas recebidas de candidaturas a fundos comunitários, no ano de 2007, apresentam um peso superior a 37% do total das receitas de capital, sendo assim um factor importante de financiamento para fazer face às despesas prevista no Plano Plurianual de Investimentos.



5.5. Transferências efectuadas para entidades

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EFECTUADAS

Entidade beneficiária	Transferência efectuada
Junta Freguesia Matriz	20.403,87 €
Junta Freguesia S. Bartolomeu	12.501,00 €
Junta Freguesia Rio Moinhos	18.187,54 €
Junta Freguesia Orada	7.187,17 €
Centro Cultural de Borba	31.890,00 €
Sport Club Borbense	27.895,00 €
Casa Cultura da Orada	4.454,13 €
Grupo Desportivo e Cultural da Nora	3.694,74 €
Grupo Desportivo de Rio de Moinhos	12.180,00 €
Centro Cultural e Desportivo da Freguesia da Matriz	2.582,65 €
Moto Clube de Borba	740,00 €
Associação Borba Jovem	4.660,00 €
Bombeiros Voluntários de Borba	5.859,84 €
Comissão de Festas do Barro Branco	1.250,00 €
Associação Portuguesa de Deficientes	1.980,00 €
Associação Dadores Benévolos Sangue Orada	250,00 €
Associação Reformados e Pensionistas Borba	1.200,00 €
Apoio a estudantes	15.079,20 €
Serviços Sociais dos trabalhadores CMB	10.149,90 €
CCDR/GAT	8.183,00 €
DGAL	638,00 €
Associação Nacional de Municípios Portugueses	5.113,00 €
Associação Caçadores da Borba	250,00 €
Santa Casa da Misericórdia de Borba	4.500,00 €
Slow Food	50,00 €
Associação Jovem Orada	2.591,74 €
Associação de caçadores e pescadores de Rio de Moinhos	750,00 €
Associação Reformados e Idosos de Rio de Moinhos	25,00 €
Associação Municípios Portugueses do Vinho	300,00 €
ARECBA - Agenc. Energética Baixo Alentejo	4.233,87 €
Grupo Recreativo e Cultural Festas Rio Moinhos	3.772,64 €
Total de transferências correntes efectuadas	212.552,29 €

As transferências correntes efectuadas pelo Município, ao longo dos últimos anos, têm assumido os seguintes valores:

- 212.661,63€ em 2005;
- 178.969,61€ em 2006;
- 212.522,29€ em 2007.



TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL EFECTUADAS

Entidade beneficiária	Transferências de capital
Junta Freguesia Matriz	0,00 €
Junta Freguesia S. Bartolomeu	229,58 €
Junta Freguesia Rio Moinhos	240,08 €
Junta Freguesia Orada	0,00 €
Total	469,66 €

As transferências de capital efectuadas pelo Município, ao longo dos últimos anos, têm assumido os seguintes valores:

- 40.626,82€ em 2005;
- 20.349,84€ em 2006;
- 496,66€ em 2007.

O decréscimo acentuado no valor das transferências de capital e do acréscimo no valor das transferências correntes está relacionado com o facto de ter sido atribuída uma nova classificação às transferências destinadas a melhoramento de espaços verdes, manutenção de ETAR's e de depósitos de abastecimento de água efectuados pelas Juntas de Freguesia, com o apoio da autarquia. Ou seja, até ao ano de 2006 estes trabalhos eram classificados como transferências de capital e, a partir de 2007, passaram a ser classificados como transferências correntes.

VI. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1. Análise ao balanço

Tal como foi referido no ponto IV deste documento, ao procedermos á análise o balanço, é necessário ter em consideração algumas questões, nomeadamente:

- No presente exercício, e no seguimento do que vem a suceder desde 2002, procedeu-se a várias rectificações de anos transactos que estão presentes em várias contas, nomeadamente no Património e nas amortizações acumuladas. Contudo esta verificação, ainda não está concluída, principalmente no que respeita a bens imóveis, com especial relevo nos bens de domínio público, sendo ainda necessário proceder a futuras rectificações. Esta situação foi causada, pelo facto de no ano de implementação do POCAL, a inventariação dos bens, assim como a sua introdução informática para cálculo das amortizações, ter sido efectuada sem se ter feito a respectiva conferência/confirmação.
- Continuam existir algumas imprecisões, relacionadas com alguns módulos do programa informático, principalmente stocks, documentos e Imobilizado, que afectam directamente algumas contas, nomeadamente o custo das mercadorias e o das amortizações acumuladas e do exercício.
- O facto de vários módulos do programa (software informático) não estarem interligados dificulta uma mais precisa contabilização. Esta limitação influencia, principalmente, os registos com pessoal, stocks, facturação e imobilizado.

**BALANÇO**

RÚBRICAS	2007			2006	VAR (N/N-1)
	AB	AP	AL	AL	
ACTIVO					
Imobilizado					
Bens de domínio público	40.927.390,72	14.997.544,42	25.929.846,30	24.077.641,55	107,69%
Imobilizações incorpóreas	1.336.076,30	427.219,53	908.856,77	865.238,34	105,04%
Imobilizações corpóreas	9.549.699,43	1.584.955,32	7.964.744,11	5.573.449,23	142,91%
Investimentos financeiros	293.581,00	0,00	293.581,00	293.581,00	100,00%
Circulante					
Existências	141.186,35	0,00	141.186,35	132.928,25	106,21%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	107.900,97	0,00	107.900,97	156.300,00	69,03%
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	552.600,74	0,00	552.600,74	459.821,33	120,18%
Acréscimos e diferimentos	24.729,31	0,00	24.729,31	12.363,15	200,02%
Total de amortizações		17.009.719,27			
Total de provisões		0,00			
Total do activo	52.933.164,82	17.009.719,27	35.923.445,55	31.571.322,85	113,79%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Fundos próprios			20.659.613,79	20.659.613,79	100,00%
Reservas					
Resultados transitados			-3.215.494,12	-2.890.646,47	111,24%
Resultados líquido do exercício			-112.587,43	-270.479,19	41,63%
Total de Fundos Próprios			17.331.532,24	17.498.488,13	100,96%
Passivo					
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			3.650.832,02	3.808.750,46	95,85%
Dívidas a terceiros - Curto prazo					
Devedores e credores diversos			3.210.875,76	1.120.775,06	286,49%
Fornecedores, c/c			243.193,60	502.813,03	48,37%
Fornecedores de imobilizado, c/c			3.778.346,46	1.843.875,34	204,91%
Estado e outros entes públicos			59.585,55	36.750,91	162,13%
Outros devedores			6.676,29	114.897,72	5,81%
Acréscimos e diferimentos					
Proveitos diferidos			7.642.403,63	6.644.972,20	115,01%
Total do passivo			18.591.913,31	14.072.834,72	132,11%
Total dos fundos próprios e do passivo			35.923.445,55	31.571.322,85	113,79%

6.2. Apreciação das principais contas do Balanço

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Análise das principais Contas do balanço

- Imobilizado

Bens do Domínio Publico

Rubricas	Activo bruto	
	2007	2006
IMOBILIZADO		
Bens de domínio público		
Terrenos e recursos naturais	3.210.086,12 €	3.210.086,12 €
Edifícios	6.151.175,77 €	6.151.175,77 €
Outras construções e infra-estruturas	21.786.095,34 €	21.786.095,34 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	14.845,25 €	14.845,25 €
Outros bens de domínio público		
Imobilizações em curso	9.765.188,24 €	6.483.859,02 €
Adiantamentos por conta de bens de domínio público		
	40.927.390,72 €	37.646.061,50 €

O acréscimo global de bens de domínio publico verificado em 2007, é justificado essencialmente pelo aumento do *imobilizado em curso*, efectuado por administração directa e por empreitada, relacionados sobretudo com a construção das vias V4,V5,V6 e V7 de acesso á área de deposição comum (ADC3) e da remodelação das infra-estruturas e arranjo urbanístico da vila de Borba (zona envolvente ás muralhas).

Imobilizações Incorpóreas

Rubricas	Activo bruto	
	2007	2006
Imobilizações incorpóreas		
Despesas de instalação	328.537,77 €	233.439,20 €
Despesas de investigação e de desenvolvimento	652.686,00 €	581.069,22 €
Imobilizações em curso	354.852,53 €	346.984,34 €
	1.336.076,30 €	1.161.492,76 €

O acréscimo verificado nas rubricas Despesas de Instalação e Despesas de Investigação, é justificado essencialmente pela execução dos seguintes projectos:

- Projecto de execução/remodelação rede águas e esgotos;
- Projecto de Infra-estruturas eléctricas da Zona Industrial Alto dos Bacos;
- Estudo Turístico do concelho de Borba e Região envolvente”;
- Projecto de execução das piscinas descobertas Municipais.

Os valores apresentados no imobilizado em curso dizem respeito aos seguintes projectos:

- Estudo de caracterização e diagnostico da mobilidade no concelho;
- Projecto de execução do palacete dos Melos (2ª fase);
- Planos de urbanização da Orada e de Rio de Moinhos;
- Projecto do parque de feiras e exposições;
- Projecto do pavilhão de eventos;
- Projecto/estudo sistema de contabilidade analítica;
- Projecto da Porta Medieval “Torre do Relógio”;
- Projecto de arquitectura e especialidades (Arranjo Urbanístico - Rio de Moinhos);
- Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão.

Imobilizações Corpóreas

Rubricas	Activo Bruto	
	2007	2006
Imobilizado		
Imobilizações corpóreas		
Terreno e recursos naturais	749.230,51 €	559.416,51 €
Edifícios e outras construções	425.007,66 €	425.007,66 €
Equipamento básico	664.282,42 €	627.253,35 €
Equipamento de transporte	675.147,74 €	392.267,16 €
Ferramentas e utensílios	250.148,12 €	246.601,96 €
Equipamento administrativo	480.705,22 €	435.103,03 €
Outras imobilizações corpóreas	64.971,17 €	39.104,87 €
Imobilizações em curso	6.240.206,59 €	4.144.548,67 €
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00 €	0,00 €
	9.549.699,43 €	6.869.303,21 €

O aumento dos “terrenos e recursos naturais” durante ano de 2007 é justificado pela aquisição de terrenos na urbanização da cerca, na Zona Industrial da Cruz de Cristo e na Tapada do Telheiro.

O significativo aumento de "equipamento de transporte" é fundamentado pela aquisição de duas carrinhas e de um autocarro para fazer face às necessidades sentidas no transporte de crianças e jovens do concelho para as escolas. Estes equipamentos foram adquiridos em regime de leasing.

O acréscimo verificado na rubrica "Outras imobilizações corpóreas", deve-se à aquisição do stand de degustação de vinhos adquirido para a realização da Festa da vinha e do vinho.

O aumento ocorrido na conta imobilizações em curso, é justificado essencialmente pelos custos com a construção do complexo cultural do Palacete dos Melos, com a ampliação do mercado municipal, com a construção do Fórum transfronteiriço da Cultura, do Património e da juventude, da construção do Parque desportivo de Borba – relva sintética do campo de futebol e pista reduzida de atletismo e da construção das piscinas cobertas municipais.

As variações das restantes rubricas, dizem directamente respeito às actividades operacionais da Autarquia.

Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	2007	2006
Composição		
Águas do centro Alentejo, AS	275.205,00 €	275.205,00 €
EDC Mármoreis	18.376,00 €	18.376,00 €
	293.581,00 €	293.581,00 €

- Existências

As existências presentes no activo circulante foram valorizadas segundo o critério de custo médio, e com a informação constante no sistema informático em 2007. Procedeu-se à verificação/contagem física de todos os bens existentes em armazém a 31 de Dezembro.



• Dívidas de Terceiros – curto Prazo

Dívidas de terceiros - Curto prazo	2007	2006
Dívidas de terceiros - Curto prazo		
Empréstimos concedidos	23.229,72 €	27.281,22 €
Clientes, contribuintes e utentes, c/c	201.877,93 €	148.212,97 €
Clientes, c/c		
Contribuintes, c/c		
Utentes, c/c		
Clientes e utentes, c/cauções	-117.206,69 €	-19.194,19 €
	107.900,96 €	156.300,00 €

Os empréstimos concedidos dizem respeito a empréstimos concedidos a empresários da região no âmbito do Fundo de Apoio às Micro-empresas do Concelho de Borba (FAME).

Os valores a restituir a clientes e utentes com cauções, dizem respeito a empreitadas, abastecimento de Água, obras particulares e cauções de cemitérios.

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes, dizem respeito essencialmente a prestações de serviços relacionadas com o serviço de águas, com o serviço de construção de ramais de esgotos e água e com receitas (aluguer ou patrocínios) relacionadas com as feiras e festas organizadas pela autarquia. Estas dívidas estão repartidas do seguinte modo:

Água	133.645€
Ramais de águas e esgotos.....	31.310€
Rendas	12.075€
Feiras e Festas	8.485€
Prestações de serviços diversos.....	16.362€



• Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Depósitos em instituições financeiras e caixa	2007	2006
Caixa Geral de Depósitos	290.046 €	315.113 €
Banco Português de investimento	83.865 €	17.619 €
Banco Português do Atlântico	88.678 €	52.867 €
Banco Totta e Açores	39.189 €	27.403 €
Banco Espírito Santo	5.107 €	18.566 €
Caixa de Crédito Agrícola	19.113 €	11.951 €
Banco Português de Negócios	21.231 €	13.729 €
Total de depósitos	547.229 €	457.248 €
Caixa	5.372 €	2.573 €
Total de Depósitos e Caixa	552.601 €	459.821 €

Todas as contas de depósitos bancários foram reconciliadas com referência a 31 de Dezembro de 2007.

• Dívidas a Instituições de Crédito

Denominação dos Empréstimos	Valor 2007	Valor 2008
Empréstimos de Médio e longo Prazo		
CGD - 9015/0000729/187/0019	1.000.000,00 €	1.000.000,00 €
BPI - 2128372/830/002	298.775,96 €	391.776,71 €
CGD - 9015/0000730/587/0019	500.000,00 €	500.000,00 €
BPI - 2128372/830/001	139.370,76 €	182.820,69 €
CGD - 0165/000023/187/0019	233.953,44 €	245.897,44 €
CGD - 0165/000022/187/0019	518.000,00 €	518.000,00 €
CGD - 9015/000078/587/0027	30.413,96 €	45.620,94 €
CGD - 9015/000078/587/0035	92.355,69 €	135.900,83 €
CGD - 0165/000017/787/0019	15.800,63 €	30.965,41 €
CGD - 0165/000019/387/0019	5.101,75 €	10.009,01 €
CGD - 0165/000016/987/0019	1.994,67 €	3.913,31 €
CGD - 9015/001504/987/0019	191.189,44 €	200.000,00 €
Fundo - Instituto de financ. e apoio ao turismo 9015/001978/887/0019	76.875,72 €	63.846,12 €
9015/001978/887/0019	480.000,00 €	480.000,00 €
9015/002412/987/0019	67.000,00 €	0,00 €
Total de Empréstimos de Médio e longo Prazo	3.650.832,02 €	3.808.750,46 €
Empréstimos de Curto prazo		
CGD - 9015/004702292	0,00 €	0,00 €
Total de Empréstimos de Curto Prazo	0,00 €	0,00 €
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS	3.650.832,02 €	3.808.750,46 €



- Dívidas a Terceiros

Em 2007, as dívidas a terceiros teve a seguinte distribuição:

Descrição	2007	2006
Outros devedores e Credores	6.990.915,64 €	2.966.343,82 €
2611 - Fornecedores de Imobilizado	3.778.346,46 €	1.843.875,34 €
264 - Administração autárquica	1.693,42 €	1.693,42 €
2692 - Empresas Leasing	258.590,33 €	0,00 €
2693 - <i>Factorings</i>	2.840.395,98 €	1.008.885,61 €
2694 - Fornecedores de imobilizado (terrenos)	111.889,45 €	111.889,45 €
Fornecedores C/C	243.193,60 €	502.813,03 €
Estado e Outros Entes Públicos	59.678,30 €	36.749,91 €
IVA	24.677,19 €	1.782,78 €
IRS	17.622,62 €	16.783,87 €
Contribuições p/ Segurança social	3.476,54 €	3.392,74 €
Caixa Geral de Aposentações	11.294,04 €	12.928,78 €
Restantes impostos	2.607,91 €	1.861,74 €
Outros credores	4.982,87 €	113.204,30 €
Operações de Tesouraria	1.786,35 €	110.132,34 €
SSTCMB	1.145,52 €	1.185,59 €
Sindicatos	1.013,42 €	1.014,02 €
Pessoal	1.037,58 €	872,35 €

A conta de Fornecedores c/c diz respeito ao valor das despesas correntes processadas e não pagas.

Na conta de Outros devedores e credores constam as dívidas para com os fornecedores de imobilizado (conta 2611), para com as juntas de freguesia (conta 264), na conta 2692 constam as dívidas às empresas de leasing referentes a 2 carrinhas e um autocarro, na conta 2694 consta o compromisso relativo à compra do terreno da estrada Barro Branco/Nora e de terrenos para arruamentos no loteamento da Cerca, e a conta 2693 engloba os contratos de *factoring* celebrados com as seguintes empresas:

EMPRESA / ENTIDADE DE CREDITO	VALOR
Diversos - BPI	297.596,90 €
Sopovico - Heller Factoring	64.841,43 €
Valvaz - Millennium BCP	6.585,53 €
Consdep - BES Factoring	34.721,49 €
Aquino & Rodrigues - BPI	104.755,21 €
Diversos - CGD	1.342.965,75 €
UDRA - Bes Leasing	506.906,79 €
Tecnovia Madeira - BPN Credito	482.022,79 €
TOTAL	2.840.395,89 €

- Acréscimos e diferimentos

Custos Diferidos

Englobam as despesas com seguros suportadas em 2007 mas que não dizem respeito a custos deste ano.

Proveitos Diferidos

Esta conta engloba os projectos financiados no âmbito de fundos comunitários, e é desagregada da seguinte forma:

Descrição	2007	2006
Projectos encerrados - 2006	13.891,35 €	
Projectos não encerrados - 2006	50.848,93 €	
Projectos não encerrados - 2005	1.089.967,84 €	440.709,90 €
Projectos não encerrados - 2004	516.542,47 €	485.646,00 €
Projectos não encerrados - 2003	1.325.074,90 €	1.297.483,00 €
Projectos não encerrados - 2002	1.595.422,07 €	1.508.843,00 €
Projectos não encerrados - 2001	730.707,00 €	730.707,00 €
Projectos encerrados antes de 2001	2.319.949,77 €	2.181.584,00 €
TOTAL	7.642.404,33 €	6.644.972,90 €

Em relação aos projectos não encerrados, dizem respeito a recebimentos desse exercício referente a projectos co-financiados por programas comunitários e diferidos para exercícios posteriores uma vez que os mesmos não se encontram encerrados.

No caso dos projectos encerrados, é reconhecido o respectivo proveito à medida e na mesma proporção dos custos com as amortizações dos bens subsidiados e respectiva percentagem de participação.



6.3. Análise da Demonstração de Resultados

CONTAS DO POCAL	RUBRICAS	EXERCÍCIOS			
		2007		2006	
	CUSTOS E PERDAS				
61	CMVMC	108.211,73 €		78.721,15 €	
62	FORNEC. SERVIÇOS EXTERNOS	1.606.531,28 €		1.759.634,88 €	
63	TRANSF E SUBS CORRENT CON	205.184,26 €		270.696,24 €	
64	CUSTOS COM PESSOAL	2.787.631,93 €		2.471.622,62 €	
65	OUT CUSTOS PERDAS OPERAC	41.739,31 €		39.962,89 €	
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCICIO	1.795.288,11 €		1.779.978,19 €	
67	PROVISÕES DO EXERCICIO	0,00 €		0,00 €	
	CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS (A)		6.544.586,62 €		6.400.615,97 €
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIR	232.884,94 €		125.184,07 €	
	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS (C)		232.884,94 €		125.184,07 €
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDI	414,45 €		170,10 €	
	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS (E)		414,45 €		170,10 €
881	RESULTADO LIQUIDO EXERCICIO	-112.587,43 €		-270.479,19 €	
	TOTAL DE CUSTOS E PERDAS		6.665.298,58 €		6.255.490,95 €
	PROVEITOS E GANHOS				
71	VENDAS E PREST DE SERVIÇO	837.830,94 €		830.186,85 €	
72	MPOSTOS E TAXAS	759.445,93 €		662.242,59 €	
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	451.783,89 €		280.696,22 €	
74	TRANSF E SUBSIDIOS OBTIDO	3.973.037,44 €		3.916.124,91 €	
75	TRABALHOS PROPRIA EMPRESA	270.239,04 €		270.548,19 €	
76	PROVEITOS E GANHOS OPERAC	0,00 €		0,00 €	
	PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS (B)		6.292.337,24 €		5.959.798,76 €
78	PROVEITOS E GANHOS FINANC	100.895,72 €		1.157,94 €	
	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS (D)		100.895,72 €		1.157,94 €
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	272.065,62 €		294.534,25 €	
	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS (F)		272.065,62 €		294.534,25 €
	TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS		6.665.298,58 €		6.255.490,95 €

Resumo dos Resultados

RUBRICAS	EXERCÍCIOS		VAR. (N/N-1)
	2007	2006	
RESULTADOS OPERACIONAIS	-252.249,38 €	-440.817,21 €	57,22%
RESULTADOS FINANCEIROS	-131.989,22 €	-124.026,13 €	106,42%
RESULTADOS CORRENTES	-384.238,60 €	-564.843,34 €	68,03%
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	271.651,17 €	294.364,15 €	92,28%
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	-112.587,43 €	-270.479,19 €	41,63%

6.4. Análise das principais Contas da Demonstração de Resultados

- Fornecimentos e Serviços Externos

No âmbito dos fornecimentos e serviços externos, o quadro seguinte descreve por ordem decrescente as respectivas contas.

Rubricas	2007	2006
Trabalhos Especializados	451.881 €	423.801 €
Honorários	179.479 €	169.743 €
Outros Fornecimentos	161.903 €	193.266 €
Combustível	147.086 €	105.747 €
Rendas e Alugueres	136.049 €	203.470 €
Electricidade	124.505 €	152.153 €
Conservação e Reparação	87.617 €	191.901 €
Comunicações	55.694 €	61.293 €
Publicidade e Propaganda	43.607 €	36.961 €
Ferramentas e utensílios	36.521 €	2.922 €
Limpeza, Higiene e Conforto	31.003 €	47.040 €
Refeições para grupos	27.857 €	28.572 €
Transportes de pessoal	25.186 €	
Material de escritório	25.077 €	32.477 €
Encargos de cobrança	15.499 €	3.415 €
Seguros	15.158 €	22.156 €
Outros (< 15 000 €)	42.411 €	84.718 €
TOTAL	1.606.531 €	1.759.634 €

Há semelhança de anos anteriores e fazendo uma análise global comparativa com o ano transacto, verificou-se um decréscimo dos custos com os fornecimentos e serviços externos.

De acordo com o quadro anterior, as rubricas com mais peso dentro dos Fornecimentos e Serviços Externos são: trabalhos especializados, honorários, outros fornecimentos, combustível e rendas e alugueres.

Os *trabalhos especializados* abarcam sobretudo as despesas com entrega de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), a animação no âmbito dos eventos realizados por esta autarquia, o saneamento, a desratização das escolas e dos reservatórios de água, os trabalhos topográficos e as análises á água.

Na conta *rendas e alugueres* engloba os custos com aluguer de tendas, stands, painéis e equipamento de som, relacionados com a Feira das Ervas, Feira do Queijo e Festa da Vinha e do Vinho.

A conta *Outros Fornecimentos*, engloba essencialmente os custos com a iluminação pública e fornecimentos diversos no âmbito da realização de certames.

- Transferências e Subsídios correntes

Nesta rubrica, por um lado, constam as transferências e subsídios que a autarquia transfere para a administração central, para a administração autárquica e para as instituições particulares.

A esclarecer que na rubrica administração central engloba as transferências feitas para a Comissão de Coordenação da Região Alentejo e para a direcção Geral das Autarquias locais; na rubrica “outros” inclui as transferências para o Gabinete Técnico Local, a rubrica instituições sem fins lucrativos inclui os apoios dados a diversas entidades do concelho, sendo a destacar: Sport Club Borbense, Grupo Desportivo de Rio de Moinhos, Casa da Cultura da Orada, Grupo desportivos e cultural da Nora, Bombeiros Voluntários de Borba e Centro Cultural de Borba, a rubrica famílias (6314) engloba os apoios dados a estudantes.

Por outro lado, esta rubrica também engloba os custos com as pessoas no âmbito de programas ocupacionais (conta 6323 – famílias).

- Custos com Pessoal

De uma forma resumida e ordenada de forma decrescente, esta rubrica é constituída pelas seguintes rubricas:

Custos com Pessoal	2007	2006
Remunerações do Pessoal do quadro	1.554.577,39 €	1.315.384,00 €
Encargos sobre remunerações	409.849,89 €	284.145,24 €
Remunerações do Pessoal contratado	288.362,36 €	305.817,42 €
Subsidio refeição	184.985,06 €	166.196,40 €
Remunerações dos órgãos Sociais	139.993,82 €	139.148,44 €
Outros custos com pessoal	69.561,92 €	88.173,26 €
Trabalho extraordinário	61.304,49 €	67.626,92 €
Remunerações pessoal diverso	45.597,51 €	71.866,27 €
Seguros acidentes trabalho	29.977,93 €	31.239,01 €
Pensões	3.421,56 €	2.025,66 €
TOTAL	2.787.631,93 €	2.471.622,62 €



A rubrica Outros Custos com Pessoal, engloba os custos com a comparticipação das despesas de saúde do pessoal do quadro, os subsídios familiares a crianças e jovens e as ajudas de custo.

Na descrição Remunerações pessoal diverso, engloba essencialmente os custos com estagiários.

- Outros Custos e Perdas Operacionais

Nesta rubrica há a salientar os custos com quotizações á Associação Nacional de Municípios e á Associação de Municípios do Distrito de Évora.

- Venda e Prestação de serviços

Resumo das despesas com venda e prestações de serviços:

VENDAS E PRESTAÇÕES SERVIÇOS	EXERCÍCIOS	
	2007	2006
VENDAS	375.515,97 €	298.020,01 €
AGUA	300.541,90 €	249.949,98 €
MERCADORIAS	63.260,43 €	8.694,52 €
DIVERSOS	6.491,93 €	19.741,15 €
LIVROS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	5.221,71 €	19.634,36 €
PRESTAÇÕES SERVIÇOS	437.329,70 €	267.448,90 €
RESÍDUOS SÓLIDOS	149.281,51 €	78.404,64 €
SANEAMENTO	132.847,97 €	106.089,91 €
OUTRAS PRESTAÇÕES	56.027,45 €	8.082,61 €
SERVIÇOS RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS	54.196,49 €	3.738,30 €
MERCADOS E FEIRAS	18.369,01 €	19.824,33 €
TRANSPORTES COLECTIVOS	10.420,49 €	10.471,87 €
CEMITÉRIOS	9.914,05 €	12.209,74 €
TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	6.272,73 €	28.627,50 €
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	24.984,87 €	264.717,94 €
DIVIDENDOS E OUTRAS PARTICIPAÇÕES EM LUCROS	24.984,87 €	
RENDAS E ALUGUERES		264.717,94 €
TOTAL	837.830,54 €	830.186,85 €

O aumento das vendas e das prestações de serviços é justificado principalmente pelo fornecimento de água aos Municípios, com as respectivas consequências nos proveitos dos resíduos sólidos e do saneamento.

Nas prestações de serviços, há a esclarecer que em “outras prestações”, constam os proveitos referentes aos serviços prestados á Aguas do Centro Alentejo. Os proveitos de serviços recreativos, culturais e desportivos, englobam os proveitos provenientes das entradas da festa da vinha e do vinho e das secções de cinema.

Este ano continuou-se a fazer algumas rectificações na forma de contabilização. No caso do mapa anterior, os proveitos que no ano transacto se registaram em “Rendas e alugueres”, nomeadamente os alugueres de espaços em feiras, o aluguer de equipamento, assim como as rendas de edifícios, este ano foram contabilizadas nas rubricas 732-aluguer de equipamento e 783-rendimentos de propriedade, respectivamente.

- Impostos e Taxas

Os proveitos referentes aos impostos directos, indirectos e taxas, durante o ano 2007 são os seguintes:

IMPOSTOS E TAXAS	EXERCICIOS	
	2007	2006
IMPOSTOS DIRECTOS	639.856,02 €	499.813,37 €
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS	314.725,43 €	264.653,60 €
IMP. MUNIC. S/ TRANSM ONEROSAS DE IMOVEIS	246.533,11 €	141.026,89 €
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEICULOS	78.597,48 €	73.313,47 €
IMPOSTOS ABOLIDOS	0,00 €	18.319,56 €
DERRAMA	0,00 €	2.499,85 €
IMPOSTOS INDIRECTOS	39.579,50 €	40.341,31 €
LOTEAMENTOS E OBRAS	36.554,10 €	15.741,78 €
OUTROS IMPOSTOS	2.925,20 €	23.542,43 €
OCUPAÇÃO DE VIA PUBLICA	100,20 €	1.057,10 €
TAXAS	80.010,41 €	122.087,91 €
LOTEAMENTO E OBRAS	44.678,63 €	56.493,66 €
OUTRAS TAXAS	26.280,63 €	54.699,89 €
MERCADOS E FEIRAS	4.804,36 €	4.490,00 €
OCUPAÇÃO DE VIA PUBLICA	4.096,50 €	4.396,32 €
CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	134,74 €	279,64 €
SANEAMENTO	15,55 €	18,55 €
EXPLOR.MAQUINAS	0,00 €	1.116,00 €
REALIZAÇÃO DE ESPECTACULOS	0,00 €	532,00 €
REALIZAÇÃO FOGUEIRAS	0,00 €	50,00 €
VENDA AMBULANTE DE LOTARIA	0,00 €	11,85 €
TOTAL	759.445,93 €	662.242,59 €



Numa análise global, constata-se um aumento dos proveitos, justificado essencialmente pelo aumento significativo dos impostos indirectos, principalmente do imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

- Proveitos suplementares

Na rubrica 733 Rendas/Concessão, abarca os proveitos com a renda de concessão com a EDP - Distribuição de energia, S.A. e com a TMN -Telecomunicações Moveis Nacionais. A rubrica 732-Aluguer de equipamento, engloba os custos com aluguer de contadores de água.

De esclarecer, que durante o ano de 2007, continuaram-se a fazer rectificações na forma de contabilização, pelo que os proveitos relativos a aluguer de equipamento constavam na classe “Vendas e Prestações de serviços”, dificultando uma análise comparativa. Desta forma este significativo aumento é apenas justificado por uma alteração da forma de contabilização e não por um aumento dos proveitos suplementares.

- Transferências e Subsídios Obtidos

Esta conta abrange as transferências que a autarquia tem direito, designadamente nos termos da Lei das Finanças locais e de acordo com a lei do orçamento do estado respeitante a cada ano económico.

- Trabalhos para a própria entidade

Nesta rubrica estão os trabalhos realizados pela Autarquia por administração directa, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado. Esta situação ocasionou proveitos no montante de 270.239,04€, relacionados com:



DESCRIÇÃO OBRA	Mão Obra	Maquinas	Requisição	Total
Pólo Industrial e Apoio Agricultura de Orada	27.607,32 €	28.388,00 €	13.240,16 €	69.235,48 €
Remodelação rede esgotos da Vila	30.062,89 €	8.337,00 €	6.470,63 €	44.870,52 €
Ampliação escola Nora	26.183,17 €	2.284,50 €	2.969,23 €	31.436,90 €
Rede Viária	18.923,27 €	9.043,50 €	2.228,77 €	30.195,54 €
Rede Aguas RM/ BB	8.976,47 €	4.260,00 €	8.576,63 €	21.813,10 €
Conduta da estrada da Orada	6.465,61 €	5.260,00 €	3.940,57 €	15.666,18 €
Caminhos Rurais	2.424,38 €	6.889,00 €	3.795,31 €	13.108,69 €
Zona Industrial Cruz de Cristo	4.340,65 €	3.615,50 €	4.209,55 €	12.165,70 €
Realojamento Famílias de etnia cigana	4.918,45 €	1.392,50 €	2.996,17 €	9.307,12 €
Novo loteamento Rio Moinhos	1.606,62 €	3.943,00 €	3.259,01 €	8.808,63 €
Caminhos de acesso à UNOR II	1.106,01 €	3.625,00 €		4.731,01 €
Rede Esgotos RM/BB	1.574,65 €	1.282,50 €	727,11 €	3.584,26 €
Rede Aguas Nora	873,03 €	425,00 €	899,37 €	2.197,40 €
Construção de pontões	1.136,11 €	801,50 €	214,06 €	2.151,67 €
Arruamentos Diversos Orada	627,31 €	167,50 €	172,03 €	966,84 €
TOTAL	136.825,94 €	79.714,50 €	53.698,60 €	270.239,04 €

• Resultados Financeiros

CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	EXERCÍCIOS	
	2007	2006		2007	2006
JUROS SUPOSTADOS			JUROS OBTIDOS		
DE CURTO PRAZO	8.947,24 €	7.790,72 €	JUROS DE CONTAS Á ORDEM	2.459,65 €	1.157,94 €
DE EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	155.271,37 €	88.188,25 €	REND. DE PROPRIEDADE		
JUROS - LEASING	4.775,23 €	339,24 €	EDIFÍCIOS	98.436,07 €	
JUROS - FACTORING	61.726,50 €	0,00 €			
OUTROS JUROS DIVERSOS	0,00 €	25.938,78 €			
SERVIÇOS BANCÁRIOS	2.164,60 €	2.927,08 €			
TOTAL	232.884,94 €	125.184,07 €	TOTAL	100.895,72 €	1.157,94 €

O acréscimo de custos financeiros é justificado com os empréstimos bancários de médio e longo prazo e com os juros de *factoring*.

Deve esclarecer-se, que também nesta classe durante o ano de 2007, se procedeu a alterações na forma de contabilização das rendas com os edifícios, no ano transacto este proveito estava contabilizado da 71-Venda e Prestações de Serviços.

Desta forma o acréscimo significativo dos proveitos e ganhos financeiros é apenas justificado por uma alteração da forma de contabilização e não por um aumento dos proveitos financeiros.



• Resultados Extraordinários

CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	EXERCÍCIOS	
	2007	2006		2007	2006
ALIENAÇÃO-IMOBILIZAÇÃO CORP	0,00 €	0,00 €	RECUPERAÇÃO DE DIVIDAS		15,40 €
ABATES	51,63 €	170,10 €	ALIENAÇÃO-IMOBILIZAÇÃO CORP	4.824,00 €	6.487,55 €
			MULTAS	8.980,03 €	5.906,61 €
JUROS DE MORA	362,80 €		JUROS DE MORA	5.930,05 €	16.605,93 €
OUTROS CUSTOS	0,02 €		CORRECÇÕES REL. ANOS ANT	2.275,67 €	
			TRANSF. CAPITAL CONCEDIDO	226.845,33 €	205.471,95 €
			DONATIVOS	8.625,00 €	23.850,00 €
			INDEMINIZAÇÕES	4.498,98 €	22.613,11 €
			OUTROS PROVEITOS	10.086,56 €	13.583,70 €
	414,45 €	170,10 €		272.065,62 €	294.534,25 €

6.5. Indicadores de gestão

A elaboração de indicadores de gestão deve ter em consideração a natureza da autarquia, nomeadamente, quanto à composição do seu activo, onde predominam os bens de investimento de natureza pública

INDICADORES	Valor 2007	Valor 2006	Valor 2005	Valor 2004
Resultados líquidos do exercício	-112.587,43 €	-270.479,19 €	-427.623,27 €	-535.268,54 €
Proveitos Operacionais	94,40	95,27	94,20	91,89
<i>Proveitos Operacionais/Total Proveitos (%)</i>				
Meios Libertos	1.543.038,73 €	1.339.160,98 €	1.154.470,60 €	742.852,02 €
<i>Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões</i>				
Rentabilidade dos Fundos Próprios	-0,65	-1,55	-2,40	-3,51
<i>Resultados Líquidos/Fundos Próprios (%)</i>				
Rentabilidade do Activo	-0,70	-1,40	-2,02	-3,72
<i>Resultado Operacional/ (Fundos próprio+passivo) (%)</i>				
Autonomia Financeira	48,25	55,43	57,33	59,66
<i>Fundos próprios/ (fundos próprios+passivo) (%)</i>				
Rentabilidade Económica	0,33	-0,46	-1,10	-1,71
<i>(Resultados líquidos+Encargos financeiros) /Activo (%)</i>				
Fundo de Maneio	11,32	20,70	23,76	17,90
<i>Activo Circulante/passivo c.p (%)</i>				

- RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado líquido em 2007, embora negativo, no valor de -112.587,43€, representou uma melhoria face ao ano de 2006, cujo valor ascendia a -270.479,19 €.

- PROVEITOS OPERACIONAIS

Registaram um peso de 94,40% no total dos proveitos em 2007, tendo apresentado resultados muito próximos dos verificados em anos anteriores, nomeadamente, 95,27% 2006 e 94,20% em 2005.



- MEIOS LIBERTOS

Apresentam um valor positivo (1.543.038,73 €) e ligeiramente superior ao verificado em anos anteriores. Em 2006 o valor fixou-se em 1.339.160,98€ e em 2005 em 1.154.470,60€.

- RENTABILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Apresenta um valor de -0,65% em 2007, embora negativo, apresenta sinais de melhoria, uma vez que se aproxima gradualmente de valores positivos, conforme demonstram os últimos exercícios económicos: -1,55 em 2006 e -2,40 em 2005.

- RENTABILIDADE DO ACTIVO

Apresenta um valor negativo em 2007, mas inferior ao registado em 2006 e 2005.

- AUTONOMIA FINANCEIRA

O seu valor diminuiu ligeiramente face aos anos anteriores, em grande parte influenciado pelos cortes nos fundos a que a Autarquia está sujeita.

- RENTABILIDADE ECONÓMICA

Pela primeira vez nos últimos 4 anos apresenta valor positivo. Este facto justifica-se pela melhoria dos Resultados Líquidos do Exercício.

- FUNDO DE MANEIO

Diminuiu bastante face ao ano anterior, influenciado, em grande parte, pelo financiamento a que o Município teve que recorrer para fazer face aos investimentos candidatados ao QCAIII.

VII. DÍVIDA DO MUNICÍPIO

A autarquia apresentava no início do ano um valor de 3.357.267,20€ em outras dívidas a terceiros apresentando no final do ano o valor de 6.853.912,76€. O motivo pelo qual este valor aumentou substancialmente está directamente relacionado com a necessidade de executar projectos candidatados ao QCAIII.

No que se refere aos empréstimos de médio e longo prazo o valor em dívida era no início do ano de 3.808.750,46 € e em Dezembro de 2007 fixou-se em 3.650.832,02€.

Durante o ano de 2007, a Autarquia solicitou, ao abrigo do disposto no n.º 6, do art. 39.º da Lei n.º 2/2007, o excepcionamento do montante da dívida referente ao empréstimo de 1.815.000,00€ para o financiamento do Pavilhão de Eventos. Face ao exposto, o capital em dívida deste empréstimo não é tido em linha de conta para os cálculos do limite da dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo, que no de 2007 se cifra em 3.991.063,37€.

Em relação aos empréstimos de curto prazo a autarquia amortizou o valor em dívida até final do ano de 2007.

No ano de 2007 foram efectuadas três aquisições pelo sistema de leasing que dizem respeito à aquisição de duas viaturas de 9 lugares e um autocarro para o transporte colectivo de crianças.

A autarquia face aos valores descritos nas contas não se encontra actualmente abrangida pelo disposto no n.º 9 do artigo 36º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro que refere que “No caso de débitos a terceiros que ultrapassem por credor ou fornecedor, em 31 de Dezembro de cada ano, um terço do montante global dos créditos de idêntica natureza e que exista há mais de seis meses, deve a Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal, juntamente com as contas anuais, uma informação fundamentada e um plano de resolução do referido crédito, no período de um ano, nunca ultrapassando o final do mandato dos referidos órgão autárquicos.”



VIII. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes após o encerramento do exercício.



IX. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO

Propõem-se que os Resultados Líquidos passem para Resultados Transitados.